

Um episódio e algumas lições: a Festa da Penha no ano de 1994

*Renata de Castro Menezes**

Sinopse

O objetivo do texto é propor uma discussão sobre as relações entre secular e religioso a partir da análise de um conflito entre traficantes e organizadores de uma festa de santo católica, a Festa da Penha, celebrada anualmente na cidade do Rio de Janeiro. O episódio, ocorrido no ano de 1994, pôs em risco a celebração, mas permitiu simultaneamente perceber quais as relações sociais que precisam ser acionadas para que uma festa de santo possa acontecer, e como essas relações vão muito além do domínio estrito da religião.

Palavras-chave: Antropologia da Religião; Festas Populares; Culto Mariano.

Abstract

The aim of this text is to foster a discussion on the relations between the secular and the religious realms based on an analysis of a conflict between drug dealers and the promoters of a Roman Catholic saint festival, the Feast of Penha, which is celebrated annually in the city of Rio de Janeiro. The above mentioned episode, which took place in the year of 1994, posed a threat to the celebration. At the same time, it allowed the analyst to perceive which social

* Doutoranda em antropologia no PPGAS-Museu Nacional/UFRJ; pesquisadora do ISER/ASSESSORIA.

relations need to be engaged in order for a saint festival to actually take place, and how these relations go far beyond the strict domain of religion.

Key Words: Anthropology of Religion; Popular Festivals; Marian Worship.

Introdução

Nos últimos anos, os debates sobre a relação entre secular e religioso têm muitas vezes se centrado na análise de processos macro, colocando em questão a idéia da secularização ou do “desencantamento” do mundo como marcos da contemporaneidade. Fenômenos como o crescimento de fundamentalismos, de pentecostalismos, de espiritualidades *New Age* vêm atraindo a atenção de cientistas sociais e obrigando-os a refletir em novos termos sobre continuidades e descontinuidades entre o domínio da religião e os demais domínios da vida social.

Partilhando de algumas preocupações presentes nesse debate, principalmente das críticas quanto à concepção do religioso como um domínio autônomo e facilmente circunscrito, o presente artigo assume um viés de análise que passa entretanto ao largo da perspectiva de processos sociais mais amplos.¹ Trata-se de uma reflexão desenvolvida a partir de dados etnográficos obtidos em pesquisa de campo sobre a Festa da Penha do Rio de Janeiro, realizada entre os anos de 1992 e 1994. E, mais propriamente, dados de um episódio inesperado: um confronto entre o capelão da Irmandade de Nossa Senhora da Penha, responsável pela festa, e os traficantes da região em que se localiza o santuário, que em 1994 quase inviabilizou os festejos.

O conflito e seus desdobramentos foram registrados nos cadernos de campo de maneira quase que periférica, mas forneceram *a posteriori* uma oportunidade única de refletir sobre

1 Este artigo é baseado em um trecho de minha dissertação de mestrado: Renata de Castro MENEZES, *Devoção, diversão e poder*, e foi apresentado e discutido nas IX Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, no Seminário Temático “Secular no religioso e o religioso no secular”. [Para referências bibliográficas completas destes e dos demais títulos, cf. as Referências bibliográficas no final do artigo]. Agradeço aos participantes do grupo, na figura de seu coordenador Dr. Carlos Alberto Steil, as sugestões feitas ao trabalho.

os modelos relacionais que entram em jogo na celebração. Sua análise revelou as articulações sociais que precisam estar azeitadas para que a festa ocorra. Essas articulações teriam se tornado mais perceptíveis em uma situação-limite, quando a festa entra em crise, correndo o risco de não acontecer.

O episódio de 1994 seria um “bom caso” para pensar as relações entre secular e religioso que se colocam nas festas de santo, sejam estas conjunturais ou estruturais. Trata-se de um exemplo do grau de complexidade que uma festa de santo é ainda capaz de atingir ao ser realizada em uma sociedade como aquela do Rio de Janeiro atual. Mas também levanta observações de cunho mais amplo sobre a pesquisa antropológica em festas populares, nas quais jogos entre continuidade e mudança, singularidade e generalidade são reativados a cada celebração.

1 Montando o cenário da festa

A celebração da Festa da Penha teria se iniciado nas primeiras décadas do século XVIII, em comemoração à Nossa Senhora da Penha de França,² padroeira do Santuário, que atrai anualmente milhares de fiéis para saudar a santa durante seus festejos. A festa comemora-se num período de mais de trinta dias, estendendo-se de outubro ao primeiro final de semana de novembro. Sua constância após tantos anos, e o volume de pessoas que a ela comparecem anualmente, permitem-nos qualificá-la como uma das festas de santo mais antigas e concorridas do Brasil, embora reconheça-se que o fluxo de fiéis tenha se reduzido nas últimas décadas.

No Rio de Janeiro, o culto a N. S. da Penha teria sido introduzido pelo capitão português Baltazar de Abreu Cardoso ain-

2. “*Nossa Senhora da Penha de França*” é uma das diversas invocações de Maria encontradas no Brasil, na qual o substantivo penha relacionaria a santa ao alto de rochedos ou penhascos, nos quais ela teria de alguma forma se manifestado (cf. Nilza Botelho MEGALE, *107 invocações da Virgem Maria no Brasil*). Segundo a classificação proposta por Pierre SANCHIS, *Festa e religião popular: as romarias de Portugal*, p. 45-6, trata-se de uma *invocação toponímica* de Maria, que como as Nossas Senhoras “do Outeiro”, “do Rochedo”, “do Monte”, “do Penedo” em Portugal, “du Puy”, na França, “delle Rocche” na Itália, realizariam uma associação da santa a determinados acidentes geográficos. A santa ainda seria “de França” por estar associada a uma imagem surgida nos Pirineus.

da no século XVII, no templo onde hoje se celebra a Festa da Penha, em agradecimento por ter sido salvo pela santa do ataque de uma cobra. O culto teria se propagado rapidamente pelo reconhecimento popular de que a santa seria “milagreira”, e os fiéis começaram a afluir para o local “*sempre em número crescente*”,³ em busca das graças ali concedidas pela Virgem.

A Festa da Penha seria então originalmente uma romaria, isto é, uma *peregrinação festiva* de grupos em visita a um santo.⁴ Assim, a cada ano a Venerável Irmandade de Nossa Senhora de França, associação civil que é a proprietária do templo, e que foi criada no século XVIII com o objetivo de manter e propagar o culto a N. S. da Penha no local, divulga um convite que é também o programa da festa:

A Mesa Administrativa da Venerável Irmandade de N. S. da Penha de França tem a satisfação de convidar o caríssimo irmão, a imprensa escrita falada e televisionada e os fiéis devotos para participarem de todos os atos e solenidades em louvor a sua excelsa padroeira.⁵

Os *atos e solenidades* programados são organizados pela Irmandade da Penha, e compreendem uma novena preparatória; procissões de abertura e encerramento dos festejos; a cerimônia de abertura da festa, que compreende uma alvorada festiva, com repicar de sinos e fogos; missas festivas, algumas das quais com ladainha; rezas de terço; uma missa campal de encerramento, com a coroação de N. S.. Aos domingos, para atender os inúmeros fiéis, as missas vão de 7 às 12 e das 14 às 18 horas. Além disso, dia 12 de outubro, dia de N. S. Aparecida, um feriado nacional, foi incorporado aos festejos, com uma programação especial em louvor à padroeira do Brasil.

Além das cerimônias descritas no programa oficial, a festa compreende todo um lado de diversão, pois “segundo a tradição lusitana, a romaria incluía não apenas a visita à imagem do santo e o cumprimento das promessas, como também a convi-

3 VENERÁVEL IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA PENHA DE FRANÇA, Santuário Mariano de Nossa Senhora da Penha, p. 2.

4 Pierre SANCHIS, Festa e religião popular: as romarias de Portugal, p. 250.

5 VENERÁVEL IRMANDADE_, Programa da Festa da Penha, 1994.

vência social, as festas e danças de arraial, as comidas e bebidas”.⁶ Vários grupos dedicam-se a passar o domingo inteiro na Penha, e para entretê-los uma série de atividades é programada. Uma estrutura especial é implantada pela Irmandade: barracas são instaladas; os órgãos públicos de segurança enviam contingentes de apoio; monta-se um esquema de atendimento médico de emergência, criam-se plantões do corpo de bombeiros, rotas de ônibus são redefinidas para facilitar o acesso aos visitantes. A implantação do esquema só se torna possível porque a Irmandade, promotora da festa, aciona uma série de apoios para sua realização; apoios das mais diversas naturezas: da hierarquia religiosa, do poder público, de grandes empresas. É preciso contar também com o apoio da hierarquia religiosa, pois não só o arcebispo participa pessoalmente da abertura dos festejos; como uma parte do clero das redondezas é contatada para se revezar com o capelão da Irmandade nas celebrações das missas horárias.

As atrações compreendem barracas de jogos (como roleta, tiro ao alvo, argolas, pescaria, etc.); *brinquedos de parque de diversão* (como tobogã, mini-pista, motocicletas, pula-pula, roda-estrela, etc.); e também os shows de “*música popular*” (pagode e música sertaneja, por exemplo). A música tem um lugar de destaque na festa: shows e “eventos culturais” são planejados, e nela se apresentam bandas de música e corais; cantores e ritmistas. Muitas vezes os compositores das escolas de samba vêm apresentar seu enredo para o próximo carnaval. Há também um grupo de dança folclórica portuguesa que comparece à Penha desde a década de 60, por conta própria, para dançar em homenagem à santa.

A comida e a bebida são também elementos fundamentais da festa. Inúmeras barracas dedicam-se a vendê-las, e muitas vezes os próprios visitantes trazem seus farnéis, realizando piqueniques à sombra de árvores. Nas barracas, as variações são consideráveis: há desde carrinhos de pipoca, passando por pequenas bancas de venda de docinhos, até refeições completas, e os mais diversos tipos de bebida.

Outra dimensão significativa da festa é seu caráter de “feira”, isto é, um espaço de compra e venda de diversos objetos, defi-

⁶ Riolando AZZI, *As romarias no Brasil*, p. 286.

nido por Caballero como “o paraíso do *kitsch*”.⁷ Estes objetos não precisam estar especificamente associados com a ida ao Santuário, mas caso estejam, ou sejam apropriados a partir de uma associação, eles podem se transformar em “lembranças”, notório foco de cobiça dos romeiros.⁸

As missas, as rezas, a comensalidade, o consumo, a apresentação de atrações ocorrem simultaneamente, embora em espaços diferenciados, constituindo em seu conjunto a Festa da Penha. Se o foco dos festejos é a santa em seu altar, ele irradia-se a partir daí, tomando o Santuário, e espalhando-se pelas ruas das redondezas. Dentro desse quadro geral de complexidade e de caos aparente, mas cujos princípios organizativos já foram destacados anteriormente,⁹ iremos discutir o episódio de 1994.

2 Quando quase não houve festa

Aproximava-se o mês de outubro de 1994 e com ele, a Festa da Penha. Segundo o programa distribuído pela Irmandade da Penha, as novenas preparatórias começariam a 23 de setembro, e a 2 de outubro os festejos seriam abertos, com uma “missa solene pontifical” celebrada pelo Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Eugênio Salles. Depois de ter acompanhado os festejos de 1992 e 1993, preparava-me para ir de novo à festa, a fim de tirar algumas dúvidas. No entanto, certos “distúrbios” punham em xeque a celebração do evento.

No dia 1º de setembro estivera na Penha realizando entrevistas com os funcionários da Irmandade, com interesse de cobrir a preparação da festa. Neste dia, as aulas do Colégio N. S. da Penha, pertencente à Irmandade e localizado no Parque que circunda o Santuário, haviam sido suspensas, em virtude de uma troca de tiros entre policiais e traficantes que controlavam as

7 Mara CABALLERO, A Penha está aí: “pequenos abajures de várias cores, bichos de pelúcia, bambolês, petecas, fitinhas de Nossa Senhora da Penha, esculturas, cruzes de vidro coloridas com a imagem de Jesus Cristo, réplicas de capelinhas com a imagem de Nossa Senhora da Penha, conchas industrializadas, lanterninhas japonesas”.

8 Rubem César FERNANDES, *Os cavaleiros do Bom Jesus*, p. 104; MENEZES, *Devoção, diversão e poder*, p. 88-91.

9 *Ibid.*; cf. tb. *Id. Devoção e diversão: a festa da Penha (RJ) como uma romaria*.

10 *O Povo*, 26/09/94.

favelas do bairro, ocorrida na véspera. Os funcionários estavam amedrontados diante da possibilidade de repetição do caso, pois ficaram ilhados no sopé da Pedra da Penha, dentro do prédio da Administração, no meio de fogo cruzado, enquanto que a subida até a Igreja fora interdita, já que a escadaria era um dos locais mais atingidos pelas balas. O sr. João (nome fictício), superintendente administrativo da Irmandade, encontrava-se bastante preocupado com a realização da festa naquele ano, pois não via como *garantir a segurança dos freqüentadores*, uma de suas responsabilidades.

O trabalho de campo parecia definitivamente ameaçado: além do risco do cancelamento da festa, uma catapora extemporânea obrigou a pesquisadora a se afastar da abertura dos festejos e a acompanhar apenas através da imprensa o início da festa.

As notícias provenientes dos jornais eram igualmente desanimadoras: devido a seguidos tiroteios que estavam atingindo a Igreja da Penha, a festa teria que ser cancelada. Entretanto, no jornal *O Povo* de 26 de setembro, a Festa da Penha era manchete na primeira página: "*Tráfico garante a Festa da Penha*", dizia o jornal. E à página cinco, eram transmitidas mensagens dos traficantes Uê, Nem Maluco, Miguelzinho, Caveirinha e Macarrão Sem Braço, sob o título: "*Fé de traficantes garante sucesso da Festa da Penha*":

Vender drogas é, seguramente, coisa do diabo. Mas o pessoal que comanda a atividade nas favelas do Rio não parece disposto a enfrentar o castigo de Deus. Tanto assim que correu aos meios de comunicação, através de advogados e informantes, para desfazer rumores insistentes nos últimos dias de que o tráfico estaria disposto a uma empreitada ousada: proibir a realização da tradicional Festa da Penha.

Apontado, de início, como o autor da proibição, o traficante Ernaldo Pinto Medeiros, Uê, apressou-se a desmentir tais boatos. (...) Outro traficante da área, o destrambelhado *Nem Maluco* (...) disse disposto [sic] a firmar o pacto de trégua coletiva. Teria partido dele, entretanto, segundo informações chegadas ao delegado Wilson Vieira (...), a ordem para a Irmandade da Penha cancelar a romaria ao santuário.¹⁰

10 *O Povo*, 26/09/94.

Caveirinha também teria se pronunciado:

De poucas palavras, *Caveirinha* acrescentou que era loucura alguém imaginar que se propuzesse (*sic*) a fazer uma coisa dessas, porque “tem o maior apreço pela comunidade suburbana e sabe da devoção de todos por Nossa Senhora da Penha.”¹¹

Além de *Uê*, *Nem Maluco*, e *Caveirinha*, os traficantes *Macarrão sem Braço* e *Miguelzinho* afirmaram o interesse de preservar a festa:

Podemos estar em guerra pelo controle do nosso negócio, mas estamos em paz com Deus e com a comunidade.¹²

Entretanto, mesmo após o informe tranquilizador dos traficantes, uma nota numa coluna social, publicada em 5 de outubro reabria a questão, avisando novamente que a festa, mesmo após sua abertura formal, corria o risco de ser cancelada por pressão de um traficante.¹³ Em 8 de outubro, a coluna noticiava que a Irmandade da Penha desmentia a nota anterior, garantindo a realização da festa.

Apesar dos desmentidos, os tiroteios na região da Penha pareciam não cessar. Ao longo de todo o período da festa, os jornais noticiavam diariamente conflitos na Zona da Leopoldina, com vários mortos e feridos. Uma matéria do *Jornal do Brasil*, publicada numa segunda-feira, dia 31 de outubro, trazia novidades sobre a festa, no dia anterior:

Clima tenso impede Marcello (Alencar) de subir a Penha - Policiais militares advertiram candidato que ele estaria no trajeto de balas perdidas caso se arriscasse a subir as escadas da igreja.

Orientado por policiais militares, o candidato do PSDB ao governo do Rio, Marcello Alencar, desistiu de subir os 365 degraus que levam à Igreja de Nossa Senhora da Penha, onde iria participar da

11 Ibid.

12 Ibid.

13 Coluna da Danuza, *Jornal do Brasil*, 5/10/94, Caderno B, p. 3: “*Andor Vazia*. Um boato apavora os moradores dos subúrbios de Ramos, da Penha e de Bonsucesso, no Rio: a tradicional festa da Irmandade da Penha está ameaçada de não acontecer. O traficante *Uê* seria o responsável pelo cancelamento dos festejos.”

feita em homenagem à padroeira do bairro. Além da tensão que vive a região, por causa dos constantes conflitos nas favelas que formam o Complexo do Alemão, um tiroteio no Morro dos Quatro Bicos (sic), atrás da igreja, esvaziou ontem a Festa da Penha - que só contava com cerca de 300 pessoas, contra as mais de mil que costuma reunir todos os anos.

“Fiquei muito triste com o que vi. Conheço aquela festa, pois já fui prefeito, é cheia de tradição e reúne milhares de pessoas”, lamentou o candidato, advertido por policiais que estaria no trajeto de balas perdidas, caso se arriscasse a subir as escadarias. Durante os poucos minutos que permaneceu no local, por causa da tensão, Marcello não perdeu a oportunidade de fazer promessas em relação a violência. “Vocês podem ficar tranquilos, que ano que vem a festa vai voltar a ter muita gente. Não pode o povo ficar oprimido com a violência desse jeito. Depois que for eleito governador, as coisas vão mudar” prometeu.¹⁴

Diante deste quadro alarmante, assumi o ônus de cancelar minha visita à festa em 94, mesmo correndo o risco de prejudicar a pesquisa. Sentia-me absolutamente intranquila com os boatos desencontrados que lia e ouvia. As notícias dos jornais da semana seguinte mostraram que não só eu tomara essa decisão. Segundo as diferentes versões, à festa teriam comparecido entre 200 e 500 pessoas, bem menos do que a média de anos anteriores.

Passados os festejos, tentei através de entrevistas e de consulta à imprensa recompor o que teria acontecido. Lembrei-me da postura metodológica dos historiadores sociais que tentam recuperar fatos que não presenciaram através do cruzamento das fontes existentes sobre eles. Darnton, por exemplo, nos lembra que da análise de acusações mútuas e de queixas sobre falhas em um evento social torna-se muitas vezes possível recuperar as expectativas de como as coisas deveriam ter ocorrido, e esboçar o modelo (ou os modelos) existentes de um conjunto de relações.¹⁵

Assim, realizei uma série de entrevistas com funcionários da Irmandade e do município; com um deputado estadual cujas

¹⁴ *Jornal do Brasil*, 31/10/94, p. 5.

¹⁵ Robert DARNTON, *O grande massacre de gatos*, 1986.

bases eleitorais estavam na Penha; com pessoas que realizam trabalho de base na área (em associações de moradores, ou trabalho partidário). Consultei também as séries completas dos meses de setembro, outubro e primeira quinzena de novembro, do *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *O Dia*, além de números do *Jornal O Povo* que mencionassem a Penha na capa ou na contracapa. A partir dessas fontes, tentei compreender o que acontecera na área naquele momento. As versões que obtive sobre o episódio coincidiam apenas quanto ao essencial (houve realmente tiroteios), mas divergiam quanto aos detalhes. Mas confrontando-as pude construir a interpretação a seguir.

O que estaria ocorrendo na Penha naquele momento seria uma guerra entre os traficantes, por disputas de pontos de venda. O início da confusão teria se dado quando *Uê*, um dos mais perigosos traficantes do Rio de Janeiro, eliminou seu rival *Orlando Jogador*, “dono” do tráfico em diversas favelas. Após a morte de Orlando, seu espólio foi redistribuído, tendo a favela de Vila Cruzeiro, próxima à Irmandade, ficado para *Nem Maluco*. No entanto, a divisão dos pontos foi contestada, e começou a ser travada uma luta para ver quem seria capaz de controlar de fato cada favela.

Com receio de perder seu ponto, *Nem* passou a gerir o tráfico e a vida da favela de Vila Cruzeiro a partir de um regime de terror: toque de recolher às vinte horas, proibição de brigas ou confusões que atraíssem a polícia, controle de acesso ao morro, etc. O apelido “*Nem Maluco*” e a justificativa apresentada para explicá-lo evidenciam as representações associadas à figura do novo chefe: a versão é de que *Nem* teria um coágulo no cérebro, que quando “comprimia” alguma de suas partes, fazia-o agir como maluco, punindo qualquer transgressão a suas ordens - real ou imaginária - com requintes de crueldade.

Nem teria proibido a realização da festa em 1994, pois “o tumulto” causado pela presença dos participantes poderia ocultar a subida da polícia ou de traficantes rivais até a favela, pon-do em risco suas atividades. A proibição teria chegado em forma de avisos recebidos pelo capelão da Igreja da Penha, o padre Bento (nome fictício). O padre reagiu a ela, afirmando que a festa se realizaria de qualquer maneira. *Nem* então teria jurado o padre de morte, ameaça que levou o cardeal D. Eugênio a

afastar o capelão do Rio de Janeiro, até que a confusão passasse. O padre retirou-se do Santuário, indo refugiar-se no sul do país, junto à sua família.¹⁶

Para que a festa acontecesse sem capelão, foi preciso solicitar o apoio dos padres da paróquia do Bom Jesus e de outras paróquias do Vicariato da Leopoldina,¹⁷ que se revezaram para garantir a celebração das missas durante a festa. O convite aos fiéis foi mantido, mas sua participação foi muito menor do que a frequência habitual. A procissão que encerra aos festejos restringiu-se ao pátio ao lado do prédio da Administração, pois haveria o perigo constante das balas atingirem os participantes, caso fosse mantido seu percurso habitual.

Marcelo Dias, deputado estadual, nascido e criado na favela de Vila Cruzeiro, também deu sua versão dos fatos:

Em 94, a festa foi muito esvaziada, só não deixou de acontecer em função da devoção, da teimosia de alguns barraqueiros da comunidade. A veiculação pela imprensa afastou os frequentadores.¹⁸

Apesar das lamentações, todas as fontes consideravam que a festa minimamente havia se realizado, embora atribuindo essa realização à persistência de agentes diferentes - os padres da paróquia, os barraqueiros da favela, a comunidade local. A festa, sustentada seja pela força da "comunidade", da "devoção", da Irmandade e/ou da paróquia, conseguiu acontecer, mesmo com os tiroteios.

16 "O cardeal lembrou ainda que, por medida de segurança a Igreja teve que afastar, a pedido, o padre P., da favela nova Brasília, e o capelão da Igreja de Nossa Senhora da Penha, padre B. O capelão foi colocado em férias depois que ameaças à vida do religioso passaram a chegar ao Santuário da Penha. Uma delas dizia para o padre não criar problemas se não quisesse morrer. A ameaça teria partido dos traficantes da Vila Cruzeiro, situada ao lado do Santuário." (Cf. *Jornal do Brasil*, 27/10/94, Caderno 1, sem referência de página.)

17 Embora a divisão territorial da Igreja se dê basicamente em torno de dioceses (a igreja local) e paróquias (sua subdivisão, o núcleo da igreja local, com poderes delegados pelo bispo), em caso de Dioceses muito grandes, as paróquias podem ser agrupadas em Vicariatos Episcopais. A Arquidiocese do Rio de Janeiro se divide em seis vicariatos, sendo que a Igreja da Penha faz parte do Vicariato da Leopoldina.

18 Entrevista, 30/03/95.

3 Festa e acordo social: o modelo da convivência pacífica

Para compreender porquê os traficantes conseguiram interferir de maneira tão ampla na realização da festa da Penha, é preciso lembrar a localização do templo na cidade do Rio de Janeiro. O Santuário localiza-se no bairro da Penha, subúrbio da região da Leopoldina, próximo ao “Complexo da Penha”, conjunto de 9 ou 10 favelas que ocupam os morros da região.¹⁹ As favelas de Merindiba, Quatro Bicas e Vila Cruzeiro são suas “vizinhas” mais próximas, pois localizam-se no alto do morro ao seu lado. Na verdade, essas três favelas ocupam áreas reivindicadas pela Irmandade da Penha como de sua propriedade, e teriam sido gradualmente ocupadas de forma ilegal pelos atuais moradores.

Mas, mesmo considerando as favelas invasões em seu terreno, a Irmandade acabou por desenvolver com elas uma tradição de “convivência pacífica”, qualificada de “ótima”, tanto por irmãos quanto funcionários.

Pergunta –Aquele morro ali é colado à Igreja, né? Que morro é aquele?

Hugo –Aquela é a favela do ... Minditiba, parece. Mas é colado em Caixa d’água, morro do Cruzeiro. Tudo gente fina, gente... Acho que é Minditiba, uma história assim.

Pergunta –E eles vão, participam da festa?

Hugo –Não, não. Eles ficam ali por fora, tal. De vez em quando a gente dá uma colher de chá para eles. Durante a semana , as crianças ficam brincando aí. Os seguranças (da Irmandade) deixam, entende.

Pergunta –Mas eles gostam da igreja.

Hugo –Gostam, gostam. Nunca nos atacaram, nunca fizeram mal. Teve agora uma pichaçozinha, e roubaram aquela coroazinha do

19 As favelas seriam Merindiba, Quatro Bicas, Vila Cruzeiro, Vila Cascatinha, Parque Proletário da Penha, Parque Proletário do Grotão, Morro do Caracol, Morro da Caixa D’água, Morro do Sereno e Morro da Fé - este último mais próximo da Brás de Pina. (Entrevista, 30/03/95.)

menino Jesus, mas aquilo é... aquilo não é de malandro não. Aquilo é coisa desses... dessas gangues de marginais que estão pichando tudo quanto é igreja aí, né. E a maioria é gente de família, né? A maioria é gente bem, não são esses pobres-diabos que se chamam de pivetes não.²⁰

Se no trecho acima, o irmão entrevistado afirma que os moradores da favela não vão à festa, na verdade o que observamos é que eles a freqüentam: a festa seria para eles, além de uma oportunidade de lazer, uma chance de trabalho, pois muitos se tornam barraqueiros durante os festejos.²¹

Nas narrativas que compôs sobre o seu passado, a Irmandade da Penha apresenta-se como benfeitora desses vizinhos mais próximos:

Na década de 40 a Irmandade doou ao então prefeito do Distrito Federal um terreno para ser loteado. 'Mas naquela ocasião a forma de governo e a nossa própria administração não conseguiram chegar a um acordo. Foi quando precisaram esvaziar uma favela no Santo Cristo; transportaram então as pessoas para esse terreno' (...) Um levantamento feito pela Irmandade em 1982, constatou que moravam naquela favela 25 mil pessoas. Esse estudo foi feito devido à intenção da Irmandade em transferir a propriedade do terreno para os favelados.²²

Neste documento também evidencia-se uma outra forma de relação da Irmandade com "a população do bairro", que não a doação: o *comodato*.

Há também um sistema de comodato com instituições como o Rotary Club, que em troca do terreno manterá uma creche comunitária para filhos de favelados e um galpão onde serão emprestadas cadeiras de rodas para deficientes carentes.

20 Entrevista, 22/10/92.

21 Em levantamento feito por mim na IX R. A. sobre os barraqueiros inscritos para o sorteio do Largo da Penha, nota-se que em 1986, de 108 candidatos inscritos, 58 eram da Penha e/ou de suas favelas, enquanto que os 50 restantes dividiam-se por outros 25 bairros ou municípios. Em 1992, temos que dos 74 inscritos, 35 eram da Penha e/ou das suas favelas, enquanto que os 39 restantes distribuíam-se por 16 outros bairros ou municípios. Há ainda o depoimento do deputado Marcelo Dias: "A maior parte dos barraqueiros é de gente do morro, do complexo." (Entrevista, 30/03/95).

22 VENERÁVEL IRMANDADE..., Festa da Penha: cara nova sem perder a tradição, 1990, p. 5.

Além da doação do terreno (para os favelados), a Irmandade vem auxiliando a comunidade de Vila Cruzeiro, no que ela necessita, como o prédio onde funciona a Associação de Moradores, que é mantido em comodato. Sua infra-estrutura, como máquinas de escrever, móveis e utensílios, foi fornecida pela Irmandade. Outros dois contratos semelhantes com a favela são o do Campo de Futebol, que permite à comunidade angariar fundos em seu benefício e, em convênio com a Paróquia de Bom Jesus da Penha e a Mitra Episcopal, o comodato de um terreno ocupado para obras sociais dentro da própria favela.²³

A Irmandade também apresenta como benfeitoria à comunidade o Colégio Nossa Senhora da Penha, de sua propriedade. O colégio é considerado por ela como sua maior obra social, não só por manter gratuidade no primeiro segmento do primeiro grau, recebendo vários alunos das favelas vizinhas, mas também porque a mensalidade cobrada nas outras séries seria bem aquém dos valores praticados pelo mercado, o que obrigaria que fossem feitas constantes injeções de capital, a fim de mantê-lo funcionando.

É preciso ressaltar que a imagem da Irmandade como uma grande benfeitora é retirada de documentos que ela própria produziu. Mas a “ótima convivência” havia sido também identificada por Clovis (nome fictício), presidente da Associação de Moradores de Vila Cruzeiro.²⁴ Segundo ele, a Irmandade seria muito boa para os favelados, cederia terrenos para a prática de esportes, dá assessoria jurídica, tanto para a associação de moradores quanto para os indivíduos, etc.

O ex-padre Carlos Alberto, hoje antropólogo, que trabalhou na área da Penha, apresenta a atuação da Irmandade na região como sendo ambígua. Há, segundo ele, realmente uma preocupação assistencial, principalmente quanto ao oferecimento de vagas na primeiro grau do colégio. Há também uma intermediação de alguns problemas surgidos no cotidiano, que são levados para que a Irmandade ajude a resolvê-los, funcionando muitas vezes como uma espécie de árbitro em determinadas questões. Porém, quando a menor chance se apresenta, a Irmandade tenta retomar o controle sobre seu território.

²³ Ibid.

²⁴ Entrevista, 21/10/93.

As pessoas da favela tinham um posicionamento ambivalente em relação à Irmandade: reconheciam a Irmandade como patrão, mas notavam que seu desejo era poder limpar a Irmandade (i. e., desocupar seus terrenos).²⁵

A “convivência pacífica”, baseada em respeito mútuo e em “ajudas” que a Irmandade ofereceria aos favelados, estaria se deteriorando nos últimos anos, em função da violência, e da tomada do morro por traficantes, que têm tornando a área perigosa. Balas perdidas são achadas dentro do santuário e do colégio. Muitos traficantes passeiam ostensivamente armados na ladeira que dá acesso à Igreja, assustando e afastando os visitantes. O caso de 1994 seria a culminância dessa impossibilidade de convivência, ou incapacidade de estabelecimento de um acordo de tolerância mínimo para garantir a viabilidade da festa.

A dificuldade de convivência entre tráfico e formas tradicionais de relação entre morro e asfalto não seria exclusiva da Penha, mas estaria ocorrendo a cada dia em vários morros do Rio de Janeiro, nos quais acordos tácitos de não-agressão que sempre teriam viabilizado a co-existência vêm sendo deixados de lado. Porém, é preciso notar que, se houve tiroteios, os traficantes preocuparam-se em reconhecer publicamente, em notícia veiculada por seus “emissários” através do Jornal *O Povo*, a importância da festa e do culto à santa para a comunidade local. Mesmo em luta, em um contexto marcado pela violência, os traficantes pronunciaram-se com respeito em relação a N. S. da Penha e seus festejos.

4 A irmandade vê o episódio

Uma interpretação singular do fracasso da festa em 1994 é a versão recolhida junto aos funcionários da Irmandade. Nela, a culpa pelo insucesso é deslocada dos traficantes para outras duas instâncias: a imprensa, e seu próprio capelão.

²⁵ Entrevista concedida no 2º semestre de 1994.

Os organizadores da Festa da Penha atribuem muitas vezes o esvaziamento da festa nos últimos anos à culpa da falta de apoio das autoridades civis e religiosas.

Hugo –Eu tou vendo aí propaganda do Círio de Nazaré. Tá bem, Círio de Nazaré é típico, uma coisa diferente, lá do nordeste – é uma peregrinação diferente, é um culto diferente que eles fazem. A festa do Senhor do Bonfim também tem, tem mistura de credos, né, naquela lavagem de escadas, aquela história toda. E Aparecida é a padroeira do Brasil.

Pergunta –Mas a Penha era a festa mais importante do Rio de Janeiro, não?

Hugo –É, mais importante do *Rio de Janeiro*. Mas no Rio de Janeiro eles tão dando mais importância agora à Feira da Providência. Porque aí, tutu que entra. A parte religiosa, aqui no Rio de Janeiro, a gente quase não escuta falar. E como a Festa da Penha está, já foi anexada à RIOTUR, como evento turístico oficial, então precisa ser mais levantada, não é? Tem que ser através deles²⁶.

Seria importante o incentivo das autoridades, deveria ser um cartão postal do Rio de Janeiro. A primeira coisa que se vê do Galeão quando se chega ao Rio é a Igreja da Penha, Vêm turistas japoneses, coreanos, porque vêem a Igreja do avião²⁷.

Outro elemento julgado como causador do esvaziamento da festa seria a recessão, isto é, o aumento do custo de vida nos últimos anos.

O que eu vejo, suponhamos, uma velinha que eu comprava antes por 2 cruzeiros, agora tá em 20 cada uma. Quer dizer, coisas assim absurdas. Coisas absurdas. E isso espanta também muitas pessoas que – e com razão – quando vão à Igreja, à uma festa assim, elas querem levar sempre uma recordaçõzinha pros amigos, né... Então tão sem dinheiro, evitam.²⁸

A imprensa também teria responsabilidade na diminuição da importância atribuída à festa. Sua “culpa” estaria no menosprezo

26 Entrevista, 22/10/92.

27 João, entrevista de 01/09/94.

28 Hugo, entrevista de 22/10/92.

do evento, que merecera nos últimos anos pouca ou nenhuma cobertura. Para o nosso informante, o desinteresse pela festa poderia estar relacionado a ambições materiais dos jornalistas, para os quais cobrir a Penha não traria vantagens pecuniárias.

Pergunta –Porque você acha que tem pouca divulgação?

Hugo –Tem muito pouca. Porque infelizmente, infelizmente, sabe que a nossa imprensa é muito... é muito... (pausa) é... é muito desonesta, viu? Eu, no tempo que era diretor de culto, recebi um bocado de propostas que por dinheiro faziam qualquer negócio.²⁹

Ou ainda pelo recrudescimento da violência na festa.³⁰

a Festa da Penha... já passou, no tempo de Olavo Bilac já tinha fama de ser muito violenta, passou a voltar isso, né, a fama de assaltos. Então acho que passou a perder aquele interesse jornalístico, eu não sei porque, eu não sei porque. Ou talvez seja falha nossa, da Irmandade, que não dá um cunho mais religioso, eu não sei.³¹

Contraditoriamente à visão de nosso entrevistado, foi justamente a violência que pôs a festa de novo em pauta - ou, ao menos na pauta de jornais que nos anos anteriores, pouco ou nada havia noticiado sobre ela. O tiroteio teve o efeito de reintroduzir a Penha nas manchetes dos jornais, porém não com o cunho positivo que a Irmandade sonharia em encontrar; mas sim contribuindo para a retomada daquilo que acreditam que seja uma “imagem negativa” que persegue a festa, como um lugar de violência no Rio de Janeiro. Diante do episódio, a Irmandade manteve sua crítica à imprensa, trocando no entanto o viés da condenação por omissão pelo da condenação pelo excesso. O comentário dos funcionários a respeito do noticiário falava em exageros, leviandade, sensacionalismo. Quando perguntados se realmente houvera tiroteios, disseram que sim, mas que não foram tão forte como a imprensa havia alardeado.

29 Ibid.

30 Sobre a violência no passado da Festa da Penha, ver Rachel SOHIET, Um ensaio sobre resistência e circularidade cultural; Mônica Pimenta VELLOSO, *As tradições populares na belle époque carioca*.

31 SOHIET, Um ensaio ...

João, o responsável pela administração, criticou a incapacidade da imprensa de apoiar o lado positivo da festa, mas sua rapidez de divulgar com estardalhaço pontos negativos.³²

Há que se considerar que boa parte do alarde da imprensa diante do fato pode ser atribuída à importância assumida pela questão da violência e da segurança pública no Rio de Janeiro nos últimos anos. Notadamente quanto à festa, devemos lembrar que em 1994 seu período coincidiu justamente com o primeiro turno das eleições para presidente e governador, se estendendo pelo intervalo entre o primeiro e segundo turnos - época de recrudescimento e polarização de campanhas eleitorais. Naquele ano, a questão da violência e seu combate se tornou ponto privilegiado da agenda política dos candidatos, inclusive como termo de comparação entre eles. Não é à toa que justamente Marcello Alencar, candidato a governador, vai a Penha e se pronuncia publicamente sobre a violência grassante no Rio. Assim, é possível entender a repercussão que o tiroteio da Penha ganhou, servindo em período eleitoral como um símbolo de um Rio cerceado em suas práticas culturais mais tradicionais por conta da violência.

Por outro lado, torna-se possível entender como conseguir celebrar a festa pode ganhar conotações de resistência da comunidade diante do tráfico, ou de resistência da cidade diante da escalada da violência. Realizar a festa em 1994, ainda que minimamente, pode ser lido como um sinal de “teimosia” e “perseverança” diante de acontecimentos que pareciam inviabilizar definitivamente o curso da vida normal.

5 O capelão e o santuário

De acordo com funcionários e membros da Irmandade entrevistados, o outro “culpado” pelo caos da festa em 1994 teria sido seu próprio capelão. Padre Bento fora nomeado por D. Eugênio

32 João, entrevista de 22/11/94: “Este ano, o ritmo estava normal; tudo andava bem, quando saíram muitos boatos por causa do tráfico. Os traficantes, muitos foram criados aqui, têm muito respeito por [nós], mas às vezes exibiam armas, afastando devotos. 95% no entanto foi exagero dos jornais para vender. A festa desse ano acabou por aqui, 10% das pessoas no máximo vieram. Lá embaixo, pelo menos. É por lá que se mede a afluência da festa.”

Salles para a capelania da Igreja da Penha meses antes da festa, substituindo o capelão anterior, que havia falecido. Grande parte do insucesso da festa foi atribuída à sua inabilidade em negociar com os traficantes, desafiando a autoridade deles. Os funcionários também comentaram que a “fuga para o sul” a mando do cardeal fora-lhe extremamente providencial: antes de ser nomeado capelão do santuário, o padre já havia marcado suas férias para outubro, a fim de visitar seus parentes, para uma comemoração em família. Nomeado, seria impossível afastar-se durante a festa, o ápice do calendário anual do Santuário, sem que isso fosse profundamente constrangedor - então ele teria aproveitado a confusão com o traficante para se ausentar.

A inabilidade do padre Bento em conduzir-se diante da provocação de *Nem Maluco* foi atribuída, além de a seu oportunismo, à falta de traquejo, pois ele não teria “nenhuma experiência com trabalho popular”, já que viera para o Santuário “direto do tribunal canônico”. Ao não deter essa experiência, fundamental para o atendimento em um centro de peregrinações como o Santuário da Penha, Padre Bento não seria um *padre de santuário*, ao contrário do capelão anterior, o cônego Paulo. Este foi-me descrito pelos funcionários como a pessoa ideal para a função, sendo ressaltados seu dom de oratória, sua paixão por Nossa Senhora e sua doação à Irmandade da Penha, chegando quase ao martírio:

O cônego Paulo morreu logo porque não se cuidava, era diabético e deu a vida por isso aqui (pela Igreja). Na festa, em outubro, ele fazia questão de abrir e encerrar as missas, das seis e das 18 horas. Muitas vezes (ao longo do ano), estava almoçando, chegava um ônibus de romeiros, largava a comida pra ir pregar para os romeiros, às vezes mais de uma hora. Fazia questão.³³

Enquanto isso padre Bento é objeto de críticas:

Esse padre não quer nada, é um *bon-vivant*. Não abre a boca, não quer rezar missa, reclama de rezar duas missas, a muito custo celebra aos domingos.³⁴

³³ Francisco, entrevista de 27/03/95.

³⁴ Ibid.

À parte a incapacidade real ou não do padre, há que se notar que a crítica a ele atinge indiretamente o Cardeal, que o nomeou, e aprovou seu pedido de afastamento durante a festa. Embora o padre seja *contratado* pela Irmandade, como todos os capelães de irmandades desde o Brasil colonial, ele é apresentado como um homem de D. Eugênio, partilhando de uma postura elitista dos padres ligados ao Palácio Episcopal São Joaquim. A inexperiência no trato popular viria não apenas por não ter tido chance de exercê-lo, mas por pertencer a um grupo de padres que considera “menor” esse tipo de trabalho.

O que a nomeação desse padre coloca em questão é a autonomia da Irmandade no gerenciamento do culto, diante do Cardeal. Ou seja, entra em jogo aquilo que Maués chamou de “a tensão constitutiva do catolicismo”,³⁵ a disputa estrutural entre leigos e clérigos pelo controle do sagrado. Ao cardeal são destinados sentimentos ambíguos: ao mesmo tempo em que é reverenciado e recebido com honras e glórias quando celebra anualmente, como convidado, a missa solene de abertura da festa, ele também é uma sombra constante ameaçando a autonomia da Irmandade no gerenciamento do culto à santa. É interessante notar que a nomeação de um padre próximo ao cardeal já estava sendo temida há anos, como demonstra Hugo em entrevista realizada ainda em 1992:

Hugo – Eu estou tendo lá um problema com o bispo auxiliar que está morando lá, né?

Re – Ah, é?

Hugo – Ele quer tomar conta da irmandade, né, e eu senti isso.

Pergunta – Como é que é... Por que... Ele está rezando as missas... Como é isso?

Hugo – Não! Ele não faz nada.

Pergunta – Tem o capelão, não é isso?

35 Raymundo Heraldo MAUÉS, A tensão constitutiva do catolicismo.

Hugo – Tem o Capelão-mór [o bispo] é hóspede da Irmandade. D. Rafael Cifuentes. Ele é hóspede da irmandade. Mas extra-oficialmente eu sei que ele está lá para tomar conta, né. Porque eu não tenho inimizade com o bispo.

Pergunta – Por que isso?

Hugo – Hem?

Pergunta – Por que ele está tentando tomar conta?

Hugo – Minha filha, dentro da Igreja sempre houve ciumada, né? [...] O bispo não opina. Na festa, ele não opina na festa toda. A mesa administrativa é que ele opina. Agora, ele tá apenas preparando o terreno para fora, porque eu ‘tou sentindo. Porque eu conheço muita gente desses movimentos que eu fiz, né? [...] Então eles dão as dicas. E eu tou sentindo isso. Mas ele me dá apoio na festa, dá apoio em muita coisa.

Pergunta – Então tá o bispo lá de hóspede e tem o capelão?

*Hugo – É, o capelão-mór, né? o padre Paulo, eh. Paulo.. Corrêa Pinto. Cônego Paulo Corrêa Pinto, é o capelão-mór. Ele tem muitos problemas de saúde. Então a impressão que eu tenho - eu tenho certeza - é que o bispo tá lá aguardando. Porque nós não temos *capelão adjunto*.*

A avaliação da competência do novo capelão diante do episódio permite a reatualização da oposição estrutural entre leigos e clérigos pelo controle do santuário, isto é, evidencia um esforço da Irmandade em manter sua autonomia diante da hierarquia religiosa. Por outro lado, permite que se construa o perfil de um “*padre de santuário*”, que deve atender a determinadas características específicas que nem todos os sacerdotes podem ou querer preencher.

6 O Estado e o conflito

Embora estejamos falando de uma festa religiosa, vemos que o Estado se faz presente na festa de muitas maneiras: “autoridades civis e militares” são convidadas a comparecer ao evento, departamentos de governo inseriram a festa em calendários oficiais; e



há até uma participação mais direta de autarquias, fundações e funcionários que dão plantão na festa, garantindo sua viabilidade, como a Light, a Riolut, a polícia, o corpo de bombeiros, os plantonistas do Hospital Getúlio Vargas. Papel importante também é o da Região Administrativa, que gerencia o Largo da Penha e arredores, o “lado de fora” da festa, no qual ela é ainda celebrada. Assim, vemos que se é difícil generalizar “o papel do Estado” diante da festa, é preciso reconhecer que para que o religioso ocorra, o secular tem que de alguma forma apoiá-lo. Ou seja, uma festa de santo possui uma dimensão secular que necessita do apoio do poder público para acontecer. E isso não apenas no episódio de 1994.

Aliás, a descrição do episódio do ponto de vista de uma funcionária em cargo de confiança na sub-prefeitura da Penha e Ilha do Governador - instância administrativa do poder executivo municipal - ganha nuances interessantes. Segundo ela, *Nem Maluco* teria mandado um recado para não fazerem a festa, pois ela mascararia a ação da polícia ao redor do morro. Teria havido então primeiro uma tentativa de “mediação” por parte do poder público. Com o “desafio” do padre, houve uma polarização, e o Estado (o município, no caso) “se retirou” do evento, cancelando a programação musical que organizara, “para não expor as pessoas a riscos”.

O poder público não teve entrada como no ano passado. Deixamos para a iniciativa da comunidade a realização da festa.³⁶

É interessante notar que, entre traficantes e comunidade, o Estado entra como um terceiro na relação - inicialmente um mediador, ele pode se retirar e a relação continuar a existir, até mesmo de forma. Ela passa até mesmo a funcionar melhor sem sua presença. A retirada do Estado foi viável porque ele não é o responsável pela festa: “A prefeitura só *engrossa* a festa, levando eventos artísticos lá pra baixo, como capoeira, conjuntos locais”.³⁷ Seu afastamento significa o reconhecimento de que a festa não é sua, não é de sua competência, não é de sua alçada.

³⁶ Anita, entrevista de 30/03/95.

³⁷ *Ibid.*

Seu papel é de apoiá-la, quando possível, mas não de organizá-la. Note-se que tanto o Poder Público Municipal quanto a Arquidiocese, instâncias do Estado e da Igreja que habitualmente apoiam o evento teriam se afastado do conflito, deixando a responsabilidade por seu desenlace por conta de agentes e grupos que atuam ao nível local: barraqueiros, Irmandade, padres da região. Em uma situação-limite, cabe aos agentes locais encontrar a maneira de viabilizar a celebração do evento.

7 Um balanço do episódio: algumas lições

Inicialmente, o episódio de 1994 nos remete à reflexão sobre a especificidade da análise antropológica em festas populares. Se a pretensão é trabalhar com a festa-padrão, ou a festa-modelo, o “caso” analisado deve ser imediatamente descartado. No entanto, se ao invés de um caso-padrão queremos um caso bom para pensar algumas questões teóricas, acredito ter demonstrado sua utilidade.

A capacidade de reformular questões diante dos acontecimentos torna-se uma exigência ainda maior em um trabalho de campo em festas anuais, onde uma observação muito específica tem por vezes que ser em ao menos um ano, se certas condições adversas se apresentam. Por isso, o episódio seria um lembrete de que diante do rumo inesperado dos acontecimentos torna-se necessário redimensionar as questões a serem trabalhadas, e criar novas modalidades de análise.

O risco do fracasso, embora sempre latente na execução de um ritual, atingiu um ponto crítico no ano de 1994. Do ponto de vista conjuntural, tratou-se de uma conjunção, desfavorável quanto à realização da festa, de padre e traficante novos na área, ainda sem o total domínio das regras de sociabilidade entre os diferentes grupos sociais que participam desse evento, e que limitam os conflitos em função do objetivo maior de concretizá-lo. Padre e traficante, ambos novatos, eram atores ainda inadequados para os papéis que deveriam representar diante da festa, ou por desconhecê-los, ou por não desejá-los, e o modelo da convivência pacífica entrou em crise.

Mas mesmo em risco, a Festa da Penha foi celebrada. O padre foi publicamente afastado, os traficantes pronunciaram-se também pelos jornais em favor da execução da festa, o empenho de barraqueiros, de devotos, da comunidade local, da Irmandade e de outros padres que garantiram as celebrações tornaram possível mais uma comemoração em homenagem à padroeira do Santuário. O episódio de 1994 permite-nos perceber então o que é considerado como o mínimo indispensável para que a festa se dê por realizada. Embora o programa oficial apresentado acima contemple missa festiva, ladainhas, missa pontifical, duas procissões, etc., em uma situação-limite como a deste ano, os informantes retomaram apenas alguns desses elementos formais, tomando outros fatos como índices de uma celebração de fato da festa: a presença de alguns visitantes; uma procissão de encerramento, ainda que apenas ao redor de um pátio interno, a participação de alguns barraqueiros; missas celebradas por algum padre.

A conjunção nefasta de novatos que quase pôs a perder a festa de 1994 talvez não tivesse tido eco tão grande se não tivesse posto em jogo redes de relações que se articulam para além do bairro, ou seja, inserem a festa num circuito mais amplo. O cruzamento da festa com a campanha eleitoral que girava em torno da questão da violência, a tensão já existente entre a Irmandade e o novo padre nomeado pelo cardeal ampliaram a repercussão do evento da Penha, e influíram nas interpretações dos fatos.

Assim, a diversidade de interpretações sobre que grupo social teria de fato garantido a celebração, e sobre que agentes teriam posto a festa em risco também não devem ser vistas como fortuitas. Na verdade, concepções distintas sobre quem seria “o motor” ou “o desagregador” da festa são um indício de posições sociais diferenciadas, a partir das quais a festa é apropriada, por grupos diversos que podem lhe atribuir significados distintos. E essa polifonia, longe de ser vista como um sinal de sua fraqueza ou desintegração, pode ser tomada como um sinal de sua plasticidade, sua capacidade de agregar diferentes significados sob a aparência de constituir uma unidade. A polifonia da festa, sua capacidade de metamorfose e agregação seria um elemento importante para entender sua permanência quase que tricentenária na cidade do Rio de Janeiro.

A interferência do tráfico na Festa da Penha, pode paradoxalmente ser vista como um sinal dessa “vitalidade” - um indício de que ela não seria apenas um mecanismo fossilizado que se auto-reproduziria, mas que, ao ser afetada pelos acontecimentos a seu redor, está em sintonia com a cidade do Rio de Janeiro. Estando o Rio marcado pela violência, pela luta do tráfico, etc., também a Festa da Penha sofreria as conseqüências dessa conjuntura adversa.

Por outro lado, quanto à questão específica da relação entre religioso e secular, vemos que se o conflito de 1994 é uma situação crítica em que o secular encurrula o religioso e o coloca em risco, a relação entre os dois é constitutiva da própria festa, e uma cooperação entre os dois é necessária para que uma festa de sucesso possa acontecer.

Referências bibliográficas

- AZZI, Riolando. As Romarias no Brasil. *Revista de Cultura Vozes*, v. 73, n.4, p. 279-94, maio 1979.
- CABALLERO, Mara. A Penha está aí: uma festa que não morre enquanto houver fé e batucada. *Jornal do Brasil* (Caderno B), 10 de out. 1979, p. 9.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FERNANDES, Rubem César. *Os cavaleiros do Bom Jesus: uma introdução às religiões populares*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- JORNAL do Brasil, 31/10/94, Caderno 1, p. 5.
- JORNAL O povo, 26/09/1994, Capa; p. 5.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. *A tensão constitutiva do Catolicismo: Catolicismo Popular e Controle Eclesiástico*. Rio de Janeiro: 1987. Doutorado (Tese). PPGAS-Museu Nacional/UFRJ.
- MEGALE, Nilza Botelho. *107 invocações da Virgem Maria no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- MENEZES, Renata de Castro. *Devoção, diversão e poder: um estudo antropológico sobre a Festa da Penha*. Rio de Janeiro, 1996. Mestrado (Dissertação). PPGAS-Museu Nacional/UFRJ.
- _____. Devoção e diversão: a festa da Penha (RJ) como uma romaria, *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 60, n. 238, p. 312-40, jun. 2000.
- SANCHIS, Pierre. Festa e religião popular: as romarias de Portugal.

- Revista de Cultura Vozes*, v. 73, n. 4, p. 245-58, mai. 1979.
- _____. *Arraial: festa de um povo - as romarias portuguesas*. Lisboa: Dom Quixote, 1983.
- SOHIET, Rachel. Um ensaio sobre resistência e circularidade cultural: a Festa da Penha (1890-1920). *Cadernos do ICHAUFF*, n. 31, 1990.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *As tradições populares na belle époque carioca*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1988.
- VENERÁVEL IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA PENHA DE FRANÇA. Santuário Mariano de Nossa Senhora da Penha. 350 anos de devoção. 1985. 4p.
- _____. Festa da Penha: cara nova sem perder a tradição. Programa da festa. 1990. 8 p.
- _____. Programa da Festa da Penha, 1992.
- _____. Programa da Festa da Penha, 1993.
- _____. Programa da Festa da Penha, 1994.

Renata de Castro Menezes
Rua Uruguai, 528/404 - Tijuca
Rio de Janeiro - RJ
20510-060
remenezes@alternex.com.br